

MOÇAMBIQUE

NENHUMA CRIANÇA DEIXADA PARA TRÁS

Investir nos primeiros anos



OPEN SOCIETY
FOUNDATIONS



Índice

Introdução	3
Contexto da política nacional de desenvolvimento da primeira infância em Moçambique	5
Apoio dos doadores para o desenvolvimento na primeira infância	8
Conclusão e recomendações	13
Referências	16

A COVID-19 ameaça os direitos básicos das crianças em Moçambique

Em linha com muitos outros governos afectados pela pandemia da COVID-19, o governo de Moçambique implementou medidas para abrandar a transmissão do vírus. Estas medidas, que limitaram as actividades económicas e reduziram o acesso a serviços sociais básicos, irão provavelmente levar milhões de famílias à pobreza.

Os direitos e o bem-estar de milhões de crianças não estão a ser satisfeitos devido à pandemia da COVID-19. Insegurança alimentar – provocada pela redução dos rendimentos e pela perturbação das cadeias alimentares – irá provavelmente piorar os já extremamente elevados níveis de subnutrição de crianças até aos quatro anos (45% em zonas urbanas). O desvio dos recursos de saúde para combater o vírus vai afectar directamente o acesso das crianças a vacinas e medicamentos, bem como a cuidados no caso de doenças crónicas e doenças infecciosas comuns, como a malária. A perturbação nas operações de abastecimento de água vai dificultar os esforços de contenção da propagação da COVID-19, assim como de outras doenças, como a cólera. As crianças com deficiência são particularmente vulneráveis à transmissão directa da COVID-19, devido às suas condições de saúde pré-existent e às desvantagens no acesso aos serviços básicos.

O encerramento das escolas significou que 101.000 crianças não puderam frequentar o ensino pré-primário. Quanto mais longa for a ausência, menor será a probabilidade de as crianças, em particular raparigas e crianças com deficiência, regressarem à escola. A falta de acesso à educação fundamental na primeira infância pode ser prejudicial para as futuras perspectivas em matéria de educação e rendimento. Enquanto os países dotados de bons recursos recorreram ao ensino à distância para colmatar esta falha, o mesmo não é possível, em grande medida, em Moçambique, já que 74% das crianças não têm acesso à electricidade, e apenas 2% têm acesso à Internet.

Embora a maioria das crianças em Moçambique enfrente circunstâncias difíceis em resultado da pandemia da COVID-19, algumas são particularmente vulneráveis aos seus efeitos devastadores. Antes da pandemia, 10% das crianças com menos de 12 anos em Moçambique eram órfãs, correndo um risco mais elevado de violência, abusos e exploração. As crianças com deficiência, as crianças migrantes, as crianças institucionalizadas e as crianças que vivem em áreas afectadas por conflitos (como Cabo Delgado) necessitam de atenção e ajuda urgentes no contexto da pandemia da COVID-19.

Introdução

Globalmente, 43% das crianças com menos de cinco anos (250 milhões de indivíduos) correm o risco elevado de não atingirem todo o seu potencial devido a atrasos no desenvolvimento.¹ **Em Moçambique, esta percentagem é bastante superior. Neste país, 61% das crianças pequenas estão em risco de desenvolvimento insuficiente. A pobreza, que afecta 82% das crianças,² é uma das principais causas.** A inversão desta realidade necessita de acções urgentes e contínuas por parte dos vários intervenientes.

São vários os factores que influenciam o desenvolvimento de uma criança, incluindo o acesso à saúde, nutrição, cuidados responsivos, oportunidades de aprendizagem inicial e acesso à água potável e saneamento básico seguro, sendo que este último mitiga e previne muitas doenças evitáveis e fatais.³

A subnutrição, em particular, é um grande problema em Moçambique, sendo que 44% das crianças estão cronicamente subnutridas. Para além do facto de 25% das crianças pequenas terem atrasos de crescimento^A, a falta de acesso a uma alimentação suficientemente nutritiva tira a vida a milhares de crianças todos os anos.⁴ Calcula-se que uma em cada três mortes em crianças com menos de cinco anos é directamente provocada por subnutrição.⁴ A dificuldade de acesso a água potável e saneamento básico amplia esta situação: menos de metade dos moçambicanos (47%) tem acesso a água potável, e apenas um em cada quatro (27%) tem acesso a saneamento básico.²

Por último, muitas crianças moçambicanas, especialmente as que vivem em agregados familiares pobres e rurais, não estão devidamente preparadas para a escola primária e têm dificuldade em atingir os resultados esperados da aprendizagem. As crianças que vivem em zonas rurais, em particular, correm o risco de atrasos graves no desenvolvimento em termos de competências cognitivas e linguísticas, tal como documentado por um estudo do Banco Mundial sobre um programa de desenvolvimento da primeira infância (DPI) baseado na comunidade rural na província de Gaza.⁵



A resposta o mais rápida possível a estes riscos e privações necessita de uma abordagem de «cuidados adequados» para o desenvolvimento de serviços de DPI. As evidências,⁶ cada vez mais reconhecidas em debates políticos globais,⁷ demonstram que a natureza multidimensional de DPI necessita de uma abordagem abrangente, entre vários sectores e intervenientes, baseada no princípio de cuidados adequados.⁸

Para ajudar as crianças a progredir, agora e no futuro, é necessário investir no seu acesso a cuidados de saúde, nutrição adequada, aprendizagem inicial e estímulos apropriados, cuidados responsivos e segurança emocional e física imediatamente a partir do seu nascimento.⁸ Aplicar fundos e recursos em serviços de DPI de qualidade elevada, equitativos e inclusivos também pode ajudar a mitigar os vários riscos que as crianças enfrentam, facilitando em simultâneo o acesso aos seus direitos. Estas medidas abrirão caminho para sociedades mais igualitárias.⁸

São também muito importantes para crianças que vivem em agregados familiares rurais e desfavorecidos. As crianças com deficiência, em particular, enfrentam várias barreiras e camadas de discriminação, sendo frequentemente excluídas dos serviços de DPI.⁸ Apoiá-las nos primeiros anos ajuda a identificar as suas necessidades de DPI e a forma como devemos colmatar as mesmas, para que possam participar, e pertencer à, sua comunidade na íntegra.⁸

Tudo isto é acompanhado de evidências que sugerem que o investimento nos primeiros anos das crianças é um dos investimentos mais inteligentes que um país e doadores podem fazer para quebrar o ciclo

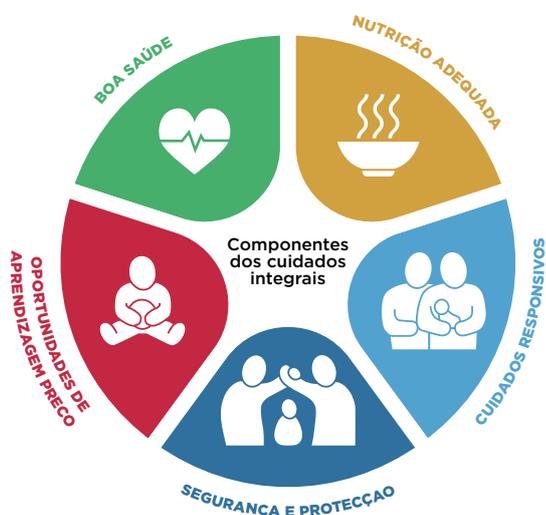
A. Consultar: <https://blogs.worldbank.org/health/health/zh-hans/node/614>

B. A investigação subjacente a esta conclusão está disponível aqui: <https://heckmanequation.org/resource/the-heckman-curve/>

de pobreza, gerir desigualdades e impulsionar a produtividade global das crianças no futuro.^B Mas, em Moçambique, o fornecimento e acesso a serviços de DPI de qualidade com base no modelo de cuidados adequados é baixo, devido aos baixos níveis de financiamento governamental. Isto significa que os parceiros de desenvolvimento desempenham um papel-chave no apoio às autoridades no que respeita a esta prioridade. O problema é que o nível global de assistência ao desenvolvimento ultramarino (ADU) gasto para melhorar os serviços de DPI em Moçambique continua a ser baixo

Este estudo analisa o contexto dos serviços de DPI em Moçambique, o que está a ser feito pelos doadores para apoiar o governo em termos de ADU^C e o que mais poderiam fazer. Como ponto de partida, sabemos que os doadores desempenham um papel de apoio específico para o aumento de serviços de DPI equitativos e inclusivos nos respectivos países destinatários (consultar a Caixa 5).

Cinco componentes de cuidados adequados interligadas e indissociáveis



^C Para uma definição de ADU, consultar: <https://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/development-finance-standards/official-development-assistance.htm>

Caixa 1. A diferença que as intervenções adequadas de DPI podem fazer: um estudo de caso sobre irmãos gémeos em Moçambique

Os irmãos gémeos Jonson e Ronson, de Dondo, Província de Sofala, nasceram em 2008 por cesariana devido a complicações no final da gravidez. Quando tiveram alta, o pai dos meninos ficou preocupado porque Jonson não chorava nem mexia os braços ou as pernas como o seu irmão gémeo. Depois de procurar assistência médica, o pediatra explicou que o bebé tinha paralisia cerebral em resultado da falta de oxigénio para o cérebro durante o parto. O médico recomendou fisioterapia. No entanto, passaram três anos até os pais de Jonson conseguirem fisioterapia para o filho, porque não tinham como pagar os custos de transporte associados às idas regulares ao Hospital Central da Beira, a 30 km de Dondo. Sendo o único elemento a sustentar uma família de 10, o pai de Jonson fez pequenos biscates para apoiar o agregado.

Em 2017, Jonson foi identificado como beneficiário dos serviços oferecidos pela Light for the World no âmbito de um programa de reabilitação baseado na comunidade, em Dondo. Teve direito a uma cadeira de rodas e toda a família recebeu conselhos práticos sobre como ajudá-lo a desenvolver as suas capacidades de comunicação e coordenação através de jogos, actividades de carácter participativo na comunidade, como o coro da igreja, e outras actividades quotidianas. Em 2018, quando fez 10 anos, Jonson foi matriculado na escola da aldeia local. O seu pai tem esperança que o filho consiga estudar quando for mais velho e ter uma carreira profissional.

Embora Jonson tenha uma família que lhe dá muito amor e apoio, a pobreza e a falta de aconselhamento e apoio adequados no início da sua vida tiraram-lhe os direitos que o seu irmão gémeo teve a oportunidade de usufruir, tornando-se mais difícil para Jonson recuperar e atingir todo o seu potencial.



Contexto da política nacional de desenvolvimento na primeira infância em Moçambique

O governo de Moçambique reconhece cada vez mais a necessidade de desenvolver um quadro político de DPI adequado^D, que até agora se resume, em grande medida, a intervenções no subsector do ensino pré-primário, com uma ligação mínima a outras áreas, como os cuidados de saúde.

O Decreto Presidencial N.º 7 de 2010 e o Plano de Cinco Anos para 2010-2014 destacaram a necessidade de uma estratégia holística para o ensino pré-primário a nível nacional, ficando a orientação destes planos a cargo dos Ministérios da Educação, Saúde e Acção Social.

No seguimento destas acções, o Estado elaborou a **Estratégia do Desenvolvimento Integrado da Criança em Idade Pré-Escolar (DICIPE)**,⁹ para 2012-2021. O Ministério da Educação foi identificado como a parte responsável pela implementação, havendo convergência com outros ministérios relevantes.

A DICIPE estabeleceu como prioridade proteger as crianças contra violência e abusos, impulsionando simultaneamente o seu acesso a cuidados de saúde primários, nutrição, serviços de registo de nascimento e ensino pré-escolar. Outros pontos focais incluem a protecção da maternidade, a disponibilização de aulas de educação parental para cuidadores, o acesso a formação

e orientação da carreira profissional para educadores e outros profissionais do ensino pré-escolar e, por último, o incentivo a um maior nível de coordenação de DPI entre os vários sectores.⁹

Sendo implementada por etapas, a estratégia-piloto focou-se na expansão de serviços de ensino pré-primário para as populações rurais pobres. Embora este relatório do país esteja essencialmente focado nos aspectos educativos do DPI, as autoridades estão atentas a outros serviços de apoio ao desenvolvimento das crianças mais pequenas. Apesar desta abordagem multisectorial, a DICIPE não conseguiu, até este momento, assegurar o envolvimento adequado de todos os ministérios relevantes.¹⁰

Para além disso, o novo plano para o sector da educação foi apenas recentemente divulgado pelo Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano. No Plano Estratégico de Educação de Moçambique (2020-2029), a expansão do ensino pré-escolar terá como prioridade os distritos com os indicadores mais baixos de aprendizagem no ensino primário e a identificação de crianças com necessidades especiais. O sector privado e a comunidade local serão mobilizados para a implementação do plano, o que coloca em risco o acesso equitativo.



Educação da primeira infância

Moçambique está cada vez mais ciente de que o acesso adequado a oportunidades de aprendizagem inicial de qualidade contribui para crianças mais bem preparadas quando vão para a escola primária e ajuda-as a serem bem-sucedidas no seu percurso académico. A necessidade de ensino pré-primário adequado é considerável: uma pesquisa revelou que 33% das crianças moçambicanas não têm supervisão nem cuidados adequados numa base regular.¹¹ Não existem muitos dados disponíveis quanto ao alcance do acesso a oportunidades de aprendizagem inicial, uma vez que o

Instituto Nacional de Estatística nem sequer menciona o ensino pré-primário como um sector por direito próprio.¹² No entanto, estima-se que apenas 4% das crianças mais pequenas (com idades compreendidas entre os três e os cinco anos) têm acesso a alguns centros de DPI.¹³ Em suma, no ano passado apenas cerca de 17.000 crianças frequentaram 195 jardins de infância e creches, e 51.000 crianças frequentaram 663 centros de aprendizagem inicial, ou escolinhas, baseados na comunidade.¹⁰ A grande maioria destes serviços são privados e estão localizados em zonas urbanas, tendo como alvo

^D Referimo-nos ao período desde o nascimento até à transição para a escola primária. Pode ser até aos 6-8 anos.

agregados familiares com recursos económicos. Os centros em zonas rurais tendem a ser geridos por ONG.¹³

Até muito recentemente, os centros públicos de DPI não existiam, mas esta realidade está a mudar. Em 2012, após o lançamento da estratégia DICIPE, o Ministério da Educação iniciou um programa para implementar e expandir um programa-piloto de serviços de DPI e ensino pré-primário para as populações rurais pobres. Baseou-se numa avaliação independente que sugere que o acesso ao DPI resulta normalmente num aumento de 24% de frequência na escola primária, melhora o entendimento das crianças no que toca aos materiais e impulsiona o seu comportamento nas aulas em comparação com crianças que não frequentaram uma creche. O Banco Mundial classificou estes resultados como irrefutáveis, realçando que "as crianças que frequentaram o ensino pré-escolar adquiriram mais aptidões e tinham maior probabilidade de se matricularem na escola primária."¹⁴

Com base no acima exposto, o programa-piloto DICIPE vai ser alargado de forma a fazer chegar escolinhas a 600 comunidades espalhadas por Moçambique, abrangendo 84.000 crianças (**consultar a Caixa 2**). Os seus serviços de DPI incluem 15 horas de ensino por semana para crianças com idades compreendidas entre os três e os cinco anos, reuniões mensais com os pais e, em alguns casos, assistência alimentar.

Embora a maioria do financiamento do programa seja proveniente do Ministério da Educação através de um empréstimo concedido pelo Banco Mundial, a prestação de serviços está a cargo de fornecedores terceiros: ADPP, Fundação Aga Khan e Organização Save the Children. A participação destes terceiros tem como objectivo dar resposta às falhas reconhecidas no que respeita à capacidade governamental para gerir este programa. Importa salientar que ocorreu um processo de transição para o governo assumir a liderança, sendo que a primeira fase acabou de ficar concluída. Embora já tenham sido medidos alguns resultados iniciais,^E falta ainda publicar uma avaliação do impacto total. Os resultados são importantes para o futuro do ensino pré-primário em

Moçambique, em particular dado o seu perfil de destaque enquanto projecto do Banco Mundial e compromisso do Banco Mundial face ao DPI (**consultar a Caixa 2**).

Globalmente, o governo de Moçambique está ciente da importância do ensino pré-primário e está a desenvolver regras gerais para o ensino pré-escolar, fornecendo apoio e monitorizando a conformidade, e definindo, em simultâneo, critérios e normas para a abertura, funcionamento e encerramento de centros de DPI. Para além disso, o ensino pré-escolar foi identificado como prioridade para um plano estratégico de educação que será lançado em 2020. Será uma forma de fazer avançar os compromissos estratégicos da DICIPE e criar mais serviços de DPI para mais crianças.

No entanto, o financiamento continuará a ser uma preocupação, pois foram impostas restrições fiscais a Moçambique devido a vários problemas de dívida externa. O programa-piloto de DPI foi, apesar de tudo, financiado através de um empréstimo concedido pelo Banco Mundial, com muito pouco financiamento governamental. As medidas de austeridade impostas em resultado da dívida dificultam o alargamento do programa (**consultar a Caixa 3**), pelo que, provavelmente, será necessário mais apoio dos doadores, pelo menos a curto prazo. Entretanto, o governo terá de encontrar formas para libertar recursos no orçamento, em particular para responder às **necessidades das crianças mais marginalizadas, incluindo crianças com deficiência**. Actualmente, o programa da DICIPE não abrange este grupo. Estima-se que 14% das crianças moçambicanas com idades compreendidas entre os dois e os nove anos vivem com uma deficiência^F e que a maioria não está incluída nos serviços de DPI.

Alguns dos fornecedores terceiros desenvolveram várias componentes de formação para facilitadores com o intuito de ajudá-los a ter em consideração as necessidades de crianças com deficiência, mas não existe uma abordagem global. Aumentar as intervenções dedicadas a este grupo de crianças por todo o país implica lidar com o problema da inclusão.



Outros serviços de apoio ao DPI em Moçambique

Tal como acima referido, o DPI em Moçambique é praticamente definido unilateralmente como ensino pré-escolar, tanto pelo governo como pelos doadores. Contudo, a estratégia DICIPE original possibilita

um entendimento bastante mais abrangente do fornecimento de serviços, resultando em várias iniciativas públicas, desde programas de ajuda alimentar a intervenções nos cuidados de saúde **Em termos de DPI**

em Moçambique, os programas de ajuda alimentar são um ponto focal no combate, mitigação e prevenção de atrasos no desenvolvimento.

Estima-se que 44% das crianças moçambicanas com idade inferior a cinco anos sofrem de subnutrição crónica. Para além disso, a saúde materna é fraca e o peso dos recém-nascidos é normalmente baixo.⁴ Para além de não consumirem calorias suficientes, as crianças e as mães têm falta de vitaminas e minerais. Consequentemente, quase 75% de todas as crianças com menos de dois anos, e mais de metade de todas as grávidas, têm anemia.²

O Ministério da Saúde está a combater este problema através de uma intervenção intensiva e precoce em

matéria de nutrição para raparigas adolescentes, grávidas e crianças até aos dois anos com base num Plano de Acção Multisectorial para a Redução da Subnutrição Crónica (PAMRDC). Esta iniciativa conta com a colaboração de agências das Nações Unidas, doadores bilaterais e ONGs-chaves e tem como objectivo reduzir a subnutrição crónica, entre as crianças mais jovens, de 44% em 2008 para 20% em 2020.¹³

No que respeita ao acesso a cuidados de saúde, apenas 5% das mães de recém-nascidos e respectivos bebés têm acesso a cuidados de saúde pós-natais, e menos de metade das grávidas têm quatro consultas pré-natais durante a gravidez.²

Caixa 2. Moçambique: empenhado num programa de DPI abrangente e multisectorial

Em 2008, a Organização Save the Children liderou um programa-piloto de ensino pré-escolar baseado na comunidade em 30 comunidades espalhadas por Moçambique, com um custo de 2,47 USD por criança, por mês. Uma avaliação de ensaios controlados e aleatórios quanto ao impacto do programa mostrou que as crianças que frequentaram o ensino pré-escolar apresentavam um aumento de 14% em termos de desenvolvimento cognitivo e tinham mais 10% de probabilidade de se matricularem na escola primária. O número de problemas de pele e casos de diarreia também desceu, provavelmente graças às intervenções de água e saneamento incluídas nas intervenções de DPI.¹⁵

Apoiando-se neste modelo de escolinha baseado na comunidade, o governo lançou um programa-piloto DICIPE em 2012. Integrando programas paralelos que fornecem ajuda alimentar e lidam com questões de limitações nos cuidados infantis prestados pelos pais, o projecto foi financiado pelo Banco Mundial através de um empréstimo e tinha como objectivo abranger 84.000 crianças. As ONG (Organização Save the Children, Fundação Aga Khan e ADPP) seriam os agentes de implementação e os responsáveis pela construção e manutenção das escolinhas,

fornecimento de materiais de aprendizagem e estabelecimento de comités de DPI na comunidade, e o Estado teria a seu cargo o pagamento dos salários do pessoal. O programa está a ser actualmente avaliado, mas já foram identificadas algumas preocupações:

- A implementação inicial foi adiada porque, entre outros aspectos, o Ministério da Educação insistiu que os edifícios tinham de ser construídos dentro dos mesmos padrões definidos para as escolas primárias. Os adiamentos foram causados pelo facto de ser difícil obter os materiais necessários para cumprir estes requisitos em zonas rurais.
- O pessoal, conhecido como «facilitadores», recebe 10 USD por mês, e é frequente verificarem-se atrasos no pagamento dos salários. Além disso, os facilitadores têm de percorrer longas distâncias para receberem os salários quando finalmente acabam por ser pagos. Inicialmente, estava previsto que as comunidades contribuíssem financeiramente, o que foi considerado insustentável.^{15G} Como resultado, verificou-se uma grande rotação do pessoal, colocando em risco a sustentabilidade do programa^H

Após a avaliação, as conclusões serão apresentadas ao Ministério da Educação, e a responsabilidade pela manutenção e gestão das escolinhas será transferida das ONG para vários comités de DPI na comunidade.

E. Foi esboçada uma avaliação do programa durante a redacção deste relatório, não estando disponível aquando da redacção. Por conseguinte, foram utilizados resultados preliminares.

F. Op. cit. Em termos de inclusão de crianças marginalizadas nos serviços de ensino pré-primário ou de cuidados, não existiam dados fiáveis disponíveis.

G. Isto foi reconhecido por uma análise solicitada pelo Banco Mundial no que respeita ao seu trabalho em matéria de DPI: Apoio do Banco Mundial ao Desenvolvimento na Primeira Infância: Uma Avaliação Independente.

H. Tal foi observado consistentemente em entrevistas realizadas no país para efeitos deste estudo.



Apoio dos doadores ao desenvolvimento na primeira infância:

Tendo em consideração o nível baixo de capacidade governamental, o aumento de serviços de DPI de qualidade equitativos e inclusivos necessita que os doadores dêem mais e de forma mais inteligente. Isto ainda não acontece.

Este estudo analisa a parte das despesas em assistência ao desenvolvimento ultramarino (ADU) de nove doadores em serviços de DPI, relativamente à respectiva carteira global de ADU.^l Dá-nos uma ideia do compromisso relativo de cada doador face às intervenções de DPI. Os doadores analisados incluem agências globais de grande dimensão que normalmente alocam somas avultadas para apoio ao DPI em Moçambique. A UNICEF, por exemplo, gasta 40,4% da sua carteira de ADU para Moçambique em intervenções de DPI. Outros doadores alocam muito menos, como é o caso em França e na Alemanha: cada um destes países gasta menos de 1% da carteira total de ADU para Moçambique em DPI.

É fundamental que os doadores invistam mais em DPI nos respectivos países destinatários, já que esta é a forma mais inteligente de investir no desenvolvimento de uma base de capital humano e quebrar o ciclo de pobreza.^j Torna-se ainda mais fundamental tendo em consideração as actuais restrições fiscais que muitas destas nações, incluindo Moçambique, enfrentam para resolverem estes problemas por sua conta **(consultar a Caixa 3)**.

Quando as contribuições em ADU são divididas em subsectores de DPI – cuidados de saúde, nutrição e saneamento – os cuidados de saúde continuam a dominar. **Observando os nove doadores, esta área recebeu cerca de três quartos de todo o financiamento de ADU para o DPI, ao passo que a nutrição recebeu 22,3%. A educação é, inquestionavelmente, a área que recebe menos financiamento (menos de 1%).** Em certa

medida, isto deve-se ao facto de alguns dos doadores mais importantes, como a USAID, alocarem uma grande parte do financiamento aos cuidados de saúde. É de realçar que existem grandes variações de gastos no que respeita aos diferentes doadores nos diferentes subsectores de DPI **(ver a Figura 1)**.

O que continua a ser preocupante é que os investimentos em áreas que apoiam o DPI (saúde, nutrição) não estão directamente ligados aos esforços de DPI. Tal como se constatou num estudo do Banco Mundial sobre o financiamento de DPI em Moçambique: "O apoio dos doadores destinado a crianças com menos de cinco anos está a funcionar, em termos gerais, através de silos sectoriais, uma vez que fornecem apoio vertical aos programas ou fundos comuns de orientação financeira sectorial."^k

Embora vários doadores tenham um papel activo nas questões de saúde infantil e materna, tal como refere o Banco Mundial,^l este apoio não está associado às discussões e intervenções contínuas em torno do DPI. É preciso fazer mais para estabelecer rapidamente uma abordagem multisectorial, ao invés de trabalhar em silos sectoriais.^k O relatório do Banco Mundial também demonstra que os doadores com um papel activo na saúde infantil e materna (Canadá e Reino Unido) constataram que o seu trabalho estava confinado aos cuidados de saúde, não abrangendo o DPI.

Para além disso, várias intervenções de apoio ao DPI, como programas de educação parental que apoiam cuidados adequados, não estão a conseguir o apoio dos doadores, apesar dos seus benefícios a curto e a longo prazo. É necessário mais investimento por parte dos doadores em cuidados adequados para os serviços de DPI, já que este domínio ajuda a apoiar de melhor forma as intervenções no DPI, quer existentes, quer novas.

^l Com base numa análise realizada pelo autor dos valores em contribuições CRS da OCDE-CAD em 2017.

^j Capital humano refere-se às aptidões e conhecimentos dos cidadãos de um país. É um termo que ganhou muita força em círculos de desenvolvimento global, em parte impulsionado pelo

Banco Mundial. Consultar:

<https://www.worldbank.org/en/publication/human-capital>

^k O mesmo foi reconhecido durante entrevistas no país para efeitos deste estudo

Caixa 3. Desafio fiscais no desenvolvimento de serviços de DPI inclusivos em Moçambique

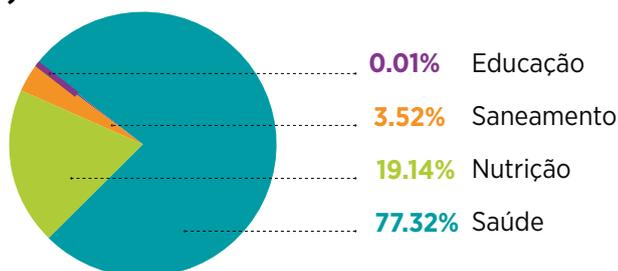
O governo moçambicano enfrenta grandes desafios fiscais que o impedem de criar serviços de DPI inclusivos mais equitativos. O país está extremamente endividado – uma crise que demorará anos para ser ultrapassada: em 2016, o país admitiu que não divulgou a existência de empréstimos comerciais no valor de 1,2 mil milhões de USD, não tendo cumprido os respectivos pagamentos.¹⁶

Como resultado, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e outros doadores estrangeiros cortaram o seu apoio, desencadeando um colapso da moeda e um incumprimento no pagamento da dívida do país. Para

além disso, o FMI impôs medidas de austeridade para limitar as despesas públicas. Actualmente, o serviço da dívida em Moçambique situa-se em 27% das receitas do governo, limitando os orçamentos disponíveis para despesas públicas.¹⁷

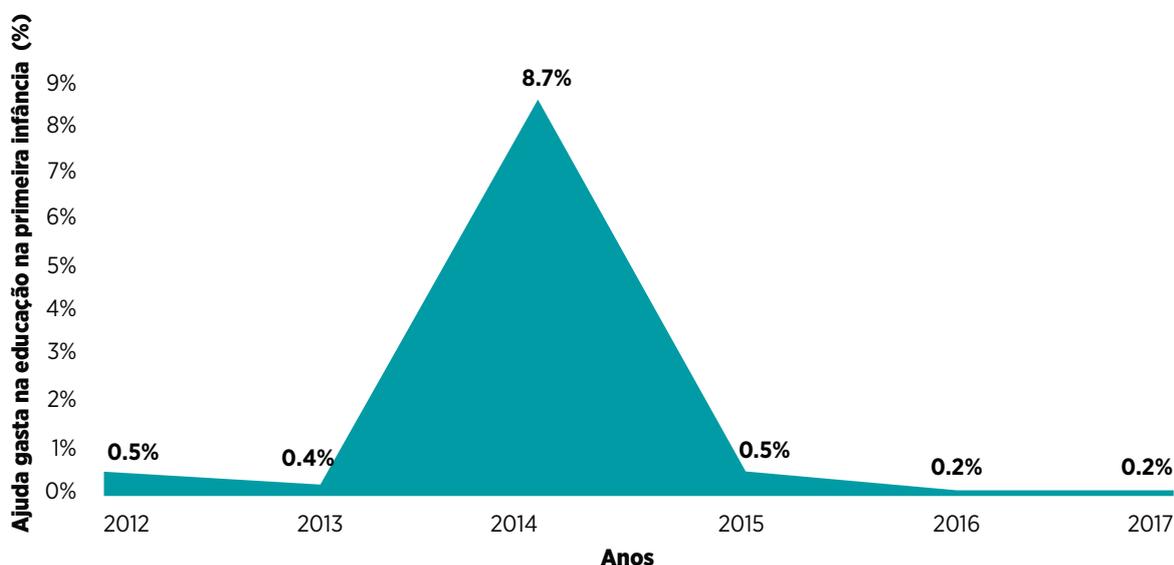
Quando o Ciclone Idai atingiu Moçambique em 2019, devastando o distrito da Beira e as zonas envolventes, assim como as infra-estruturas de transportes, o governo deparou-se com uma necessidade premente de despesas de carácter social. Esta situação está a ter um impacto nos investimentos em novas prioridades sociais, como garantir cuidados adequados para o desenvolvimento na primeira infância. Neste contexto, a ADU tornou-se numa fonte de financiamento ainda mais crucial, pelo menos a curto prazo.

Figura 1. Parte das despesas em DPI de nove doadores em cuidados de saúde, nutrição, educação e saneamento (dados de 2017)



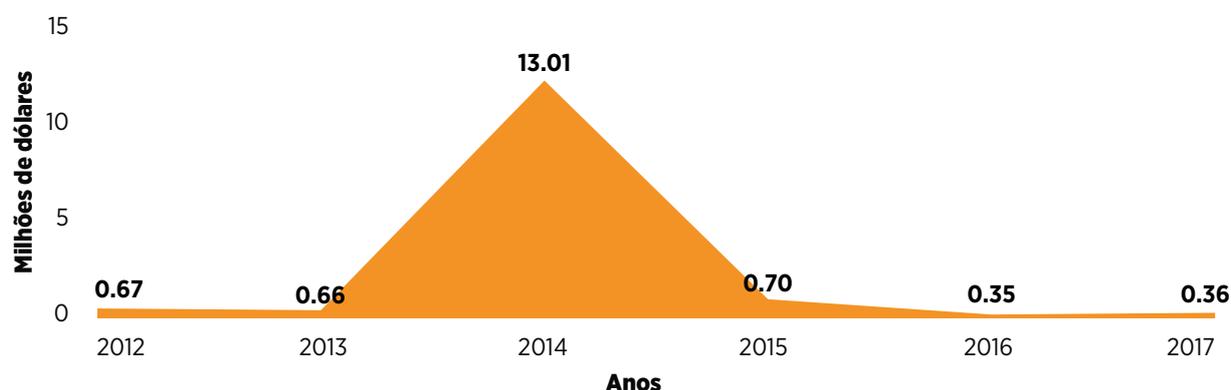
Fonte: Sistema de Notificação de Países Credores da OCDE-CAD

Figura 2. Percentagem da ajuda gasta em educação na primeira infância no sector da educação em Moçambique (todos os doadores, todos os canais, 2012-2017, OCDE-CAD)



Fonte: Estratégia da UNICEF para o país

Figura 3. Todos os doadores, níveis de ADU gastos em educação e ensino pré-primário, 2012-2017 (contínuos em USD, 2017)



Fonte: Estratégia da UNICEF para o país

Caixa 4. Apoio da UNICEF para DPI em Moçambique

A estratégia da UNICEF para o país tem um foco forte e explícito no DPI, uma vez que esta coordena a rede de DPI (REDE) no país. As acções para fortalecer os serviços no país incluem:

- **Pesquisar cuidados parentais:** Ainda não existem informações disponíveis sobre as práticas parentais relativamente a nutrição, cuidados e estímulos em Moçambique. A UNICEF está actualmente a realizar um estudo.¹⁸
- **Desenvolver um pacote holístico de serviços de DPI:** Fortalecer parcerias com vários intervenientes para desenvolver pacotes holísticos de DPI a nível dos distritos e que incluam iniciativas de saúde e nutrição básica.
- **Promover modelos de educação na primeira infância que reforcem a aptidão escolar:** A estratégia da UNICEF para a educação em 2017-2020 está focada em expandir a componente de aprendizagem inicial do DPI, para ajudar as crianças em termos de aptidão escolar. A UNICEF Moçambique colaborou com outros intervenientes para conceber um modelo de aptidão escolar acelerada temporário, em parceria com o Ministério da Educação, que disponibilize aulas de preparação durante as férias escolares para ajudar rapazes e raparigas do DPI com idade inferior a cinco anos.
- **Apoiar a nutrição nos primeiros 1000 dias das crianças:** A UNICEF está empenhada em reforçar a nutrição das crianças nos seus primeiros 1000

dias após o nascimento, principalmente em províncias pobres. O objectivo é melhorar o estado nutricional de 4,8 milhões de crianças com idade inferior a cinco anos. Além disso, a UNICEF trabalha com outros, incluindo o gabinete do Primeiro Ministro, para elevar as discussões relativamente à reforma da governação no que diz respeito à nutrição e à adopção de um novo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN) de alto nível.

- **Integrar a nutrição nos projectos de água e saneamento:** Integrar a nutrição de bebés e crianças mais jovens nas intervenções de alteração de comportamentos em matéria de água e saneamento é outra prioridade.
- **Apoiar o governo no desenvolvimento de abordagens de cuidados adequados baseadas na comunidade:** Tal inclui a criação de um pacote de formação e manual básico para iniciativas comunitárias de cuidados infantis e grupos de brincadeiras, juntamente com o Ministério do Género, Criança e Acção Social.
- **Apoiar estratégias sensíveis às crianças:** A UNICEF apoia a Estratégia Nacional para a Protecção Social Sensível às Crianças de Moçambique, com foco na protecção e registo de nascimentos.
- **Kits de DPI em emergências.** O trabalho de emergência da UNICEF em Moçambique inclui a disponibilização de kits de DPI.¹⁹

1 Os doadores tendem a não ter um foco explícito no desenvolvimento na primeira infância

Poucos doadores têm programas em vigor que englobem todo os sectores do DPI (**ver a Figura 2**), principalmente os que têm um foco explícito nos cuidados adequados. **Apenas o modelo da UNICEF para o país tem objectivos de DPI claros, reflectindo o foco da organização no bem-estar das crianças.** Tal demonstra também um forte compromisso organizacional com o Modelo de Cuidados Adequados.⁸

Além disso, a UNICEF desempenha um importante papel de coordenação como responsável principal para parceiros de desenvolvimento do DPI em Moçambique, apoiando também o governo no reforço dos referidos serviços (**consultar a Caixa 4**). A carteira do Banco Mundial em Moçambique tem também uma clara abordagem estratégica multissetorial e de apoio ao governo em termos de DPI (**consultar a Caixa 5**).

2 A educação na primeira infância e pré-primária é manifestamente subfinanciada e tem falta de doadores campeões

Menos de 1% do financiamento de doadores relacionado com a educação foi gasto no DPI em 2017, facto que se mantém consistente ao longo dos anos. Tal reflecte a falta de prioridade das intervenções em matéria de aprendizagem inicial entre governo e doadores. Conforme ilustrado na **Figura 3**, registou-se um aumento acentuado por volta de 2014, altura em que o pagamento do empréstimo do Banco Mundial para o programa DICIPE foi efectuado, sendo que depois diminuiu novamente (**consultar a Caixa 5**).

Por outras palavras, à excepção de um empréstimo pontual do Banco Mundial, não houve quaisquer grandes injeções de financiamento em educação na primeira infância ao longo dos últimos anos. O único donativo substancial foi um subsídio de um pequeno projecto canadiano concedido a uma ONG local em 2017.^L Além disso, houve pouco apoio dos doadores

aos planos do governo, à excepção do empréstimo do Banco Mundial à DICIPE.

A maioria dos doadores activos no sector da educação estão envolvidos em mecanismos de coordenação entre vários sectores, com o financiamento da educação normalmente concentrado em outras questões excepto o ensino pré-primário. No sector da educação, o **DPI foi, de longe, o subsector com menos apoios. Para comparação, em 2017, o ensino superior recebeu o equivalente a mais de 14 vezes o valor do financiamento de doadores reservado para o DPI.**^{M,N}

Tal reflecte, em parte, o facto de os doadores terem negligenciado os cuidados e educação na primeira infância durante muito tempo. Há esperança de que isto mude à medida que uma nova estratégia na educação toma forma, aliciando os doadores a darem mais.

3 Os doadores devem fazer mais para apoiar abordagens inclusivas

O acesso a serviços de DPI em Moçambique não só é incrivelmente baixo, como também é injusto. Os agregados familiares urbanos com rendimentos mais elevados e crianças sem deficiência e atrasos identificados tendem a ter melhor acesso a estes serviços do que crianças mais pobres e de áreas rurais. O mesmo é aplicável a crianças com deficiência. Os doadores podem desempenhar um importante papel no apoio a este grupo e na concretização dos respectivos compromissos de ODS, mas muito poucos parecem estar a fazê-lo.

Assim, a dimensão da exclusão de crianças marginalizadas, incluindo aquelas com deficiência, é pouco clara. Como resultado, as suas necessidades não são tidas em consideração. Por exemplo, não se sabe qual é o acesso das crianças mais vulneráveis a centros de educação na primeira infância. Os doadores e o governo devem trabalhar em conjunto para colmatar estas lacunas em matéria de informações e utilizá-las para assegurar que ninguém é deixado para trás.

^L Esta é uma importante abordagem ao apoio aos momentos de brincadeira que, muitas vezes, são negligenciados aquando do investimento em intervenções de aprendizagem inicial e estimulação

^M A formação profissional em EPI recebeu 2,7 milhões de USD em

2017, menos do que o ensino superior, que recebeu 3,6 milhões, e o ensino secundário (3,2 milhões de USD).

^N Para todos os doadores do CAD apenas, utilizando dados do CAD (contínuos em 2018). Transferidos a 22 de Junho de 2020.

Caixa 5. Banco Mundial: apoio ao governo para aumentar as intervenções no DPI nutricional e pré-primário

O Banco Mundial foi, de longe, o financiador mais importante de Moçambique em termos de educação na primeira infância (EPI) no período 2012-2017, sendo responsável por aproximadamente 80% de todos os fundos de doadores gastos (40 milhões de USD). Este valor foi, no entanto, gasto no período de um ano (2014) sob a forma de um empréstimo ao governo, que representou 10% do financiamento de EPI global do banco.⁹ O empréstimo ajudou o governo moçambicano na implementação da primeira fase do programa DICIPE e foi efectuado ao abrigo do Projecto de Apoio ao Sector da Educação existente.

O Banco Mundial ajudou também a financiar uma intervenção em matéria de nutrição numa das três províncias da DICIPE, o que significa que as crianças de algumas áreas da província de Nampula tiveram acesso adequado a alimentos e estimulação cognitiva. Enquanto a assistência alimentar estava focada em crianças até aos dois anos, as actividades pré-primárias destinavam-se a crianças entre os três e os cinco anos. Esta abordagem enquadra-se

na estratégia nutricional nacional do governo (PAMRDC), incorporando intervenções prioritárias recomendadas pela série Lancet, Scaling Up Nutrition. Tal inclui a promoção da amamentação, nutrição complementar adequada, a utilização de suplementos em pó com micronutrientes, conseguir que as grávidas frequentem serviços de assistência pré-natal, disponibilizar comprimidos de zinco e sais de reidratação oral a crianças com diarreia, educação em matéria de água, higiene e saneamento e imunização. No final de 2018, o Projecto de Reforço da Nutrição da Comunidade tinha chegado a 45.000 crianças em 600 comunidades rurais de cinco províncias.^P

Por último, o Banco Mundial ajudou o governo a pôr fim à sua abordagem em silos ao DPI e a mudar para uma forma de trabalho multissetorial. Tal é importante, uma vez que muito poucos doadores estão envolvidos nesta vertente. Uma avaliação independente do trabalho do Banco Mundial no DPI em Moçambique demonstra que a instituição quer trabalhar numa abordagem mais complexa ao bem-estar da criança nos primeiros anos – uma abordagem que englobe um currículo de promoção do desenvolvimento social, emocional, físico, linguístico e cognitivo das crianças e tenha ligações à saúde e aos cuidados parentais.¹⁵ Tal não foi totalmente concretizado.



⁹ Com base numa análise realizada pelo autor dos valores em contribuições CRS da OCDE-CAD em 2017.

^P Uma avaliação do Projecto de Reforço da Nutrição da Comunidade pode ser consultada em: <http://documents1.worldbank.org/curated/en/524711468775502076/pdf/test1-doc.pdf>



Conclusão e recomendações

Uma análise de 2014 ao sector do DPI de Moçambique demonstra que «os ministérios da área social (Saúde, Educação, Acção Social e Justiça) executam as respectivas políticas em matéria do DPI e implementam diferentes serviços para diferentes grupos etários», concluindo que «ainda há muito a fazer». Apesar de parecer haver vontade política, no momento da elaboração deste documento, não existe qualquer política de DPI nacional consistente, adequada e holística.¹⁹

O que deve ser tido em conta é que Moçambique fortaleceu as estruturas de coordenação interministerial através da criação de uma comissão do DPI para uma estratégia de DPI intersectorial. Atribuiu também o papel principal no ensino pré-primário ao Ministério da Educação, eliminando a confusão relativamente ao departamento a que este deveria pertencer. Entretanto, o DPI está a ganhar maior destaque na política nacional, apoiado pelos esforços de coordenação do Banco Mundial e da UNICEF.

As coisas estão também a mudar na área do ensino pré-primário: há alguns anos, não havia escolas pré-primárias com financiamento público, sendo que o sector contava com as ONGs e centros com fins

lucrativos e comunitários. Actualmente, existem centros de DPI governamentais em algumas das áreas mais pobres e marginalizadas de Moçambique.

Uma análise independente ao apoio a DPI do Banco Mundial destacou a importância de um orçamento governamental para o ensino pré-primário que elevasse significativamente o estado do DPI enquanto prioridade nacional. É fundamental que o governo continue a atribuir fundos aos serviços de DPI para encorajar os doadores a tratarem-no como uma prioridade.

À medida que o país avança no desenvolvimento da estratégia DICIPE, é necessário reforçar a coordenação e a liderança. Continua a haver uma falta de entendimento no que diz respeito à determinação de responsabilidades no mandato de DPI. Tradicionalmente, pertencia ao Ministério do Género, Criança e Acção Social (MGCAS), ao passo que o ensino pré-primário sempre foi da responsabilidade do Ministério da Educação. Não há espaço para a duplicação de esforços, nem para uma falta de clareza relativamente a quem deve fazer o quê, quando há tanto a fazer para reforçar a disponibilização de DPI.

Os doadores devem:

1. **Trabalhar com o governo para ajudar a desenvolver um plano de DPI eficaz entre vários sectores** que mitigue os atrasos no desenvolvimento entre as crianças mais marginalizadas, incluindo as crianças com deficiência, e destaque a forma como as respectivas necessidades universais podem ser satisfeitas.
2. **Uniformizar o financiamento para a educação na primeira infância ao abrigo de ESSP**, com o apoio da Parceria Global para a Educação e do Grupo Local para a Educação (LEG), com base no conhecimento proporcionado pelo programa-piloto DICIPE. O LEG é o grupo de doadores para a educação e é constituído por doadores bilaterais e multilaterais.
3. **Apoiar o Ministério da Educação no que diz respeito a cuidados e educação na primeira infância**, em coordenação com outros sectores para uniformizar um modelo de serviços de DPI adequados.
4. **Apoiar o governo no reforço da capacidade de prestação de serviços de DPI adequados** e criar um grupo de profissionais de DPI (incluindo profissionais do sector da saúde da comunidade, especialistas em desenvolvimento infantil, terapeutas ocupacionais, terapeutas da fala e profissionais de educação na primeira infância).
5. **Trabalhar com o Ministério da Educação para tornar o DPI uma prioridade de desenvolvimento.**

O governo deve possibilitar que os doadores reforcem o DPI inclusivo e equitativo permitindo-lhes:

1. **Desenvolver um plano de DPI eficaz entre vários sectores** que mitigue e previna os atrasos no desenvolvimento entre crianças marginalizadas e destaque que as necessidades de todas as crianças (incluindo as crianças com deficiência) podem ser satisfeitas através de serviços de DPI inclusivos.
2. **Melhorar a recolha de dados** sobre crianças com deficiência e em risco de atrasos no desenvolvimento, por exemplo, utilizando o Módulo do Grupo de Washington/UNICEF sobre Funcionamento da Criança em inquéritos aos agregados familiares e desenvolvendo conjuntos de dados integrados entre ministérios.
3. **Criar mecanismos de coordenação do financiamento**, ou utilizar os pré-existentes, na educação e na saúde para permitir que os doadores canalizem recursos para serviços de DPI.
4. **Assegurar que o novo plano de educação dá prioridade ao reforço do programa DICIPE**, com a atribuição de um orçamento mais elevado ao ensino pré-primário e salários adequados para profissionais de EPI.
5. **Sensibilizar para os benefícios de programas de aprendizagem inicial inclusivos** para os mais marginalizados entre o público em geral e as ONG.

As organizações da sociedade civil que trabalham no DPI e na inclusão devem fazer pressão para a prestação de serviços de DPI justos e inclusivos, sensibilizando os profissionais da educação e os pais, principalmente os que têm crianças com deficiência e atrasos no desenvolvimento, para os benefícios do DPI.



Tabela 1. Que doadores apoiam o DPI em Moçambique e quanto estão a investir?

Apoio dos doadores e percentagem da ajuda total investida em serviços relacionados com DPI		
Bélgica	<ul style="list-style-type: none"> Pequenos investimentos em cuidados de saúde básicos, incluindo algum apoio para crianças nos seus primeiros anos. Dito isto, não há qualquer foco explícito nos primeiros anos 	5%
Canadá	<ul style="list-style-type: none"> Grandes investimentos em saúde materna e infantil, conforme identificado como prioridade estratégica em Moçambique Grandes investimentos em nutrição, incluindo alguns relativos à primeira infância, com fortes ligações entre vários sectores 	20.8%
EU	<ul style="list-style-type: none"> Pequenos investimentos em cuidados de saúde básicos, entre os quais algum apoio para crianças nos seus primeiros anos. Dito isto, não há qualquer foco explícito nos primeiros anos. Grandes investimentos num programa de nutrição Pequenos investimentos em projectos de saneamento em zonas periurbanas (sem foco nas crianças) 	9.3%
França	<ul style="list-style-type: none"> Pequenos investimentos em cuidados de saúde básicos, entre os quais algum apoio para crianças nos seus primeiros anos. Dito isto, não há qualquer foco explícito nos primeiros anos Investimentos em serviços básicos de saneamento e água, entre os quais algum apoio para crianças nos seus primeiros anos (sem foco explícito nesses primeiros anos) 	0.2%
Alemanha	<ul style="list-style-type: none"> Investimentos em cuidados básicos de saúde, alguns dos quais atendem crianças na primeira infância. Dito isso, não há foco explícito na primeira infância. Investimentos em saneamento básico e serviços de água, alguns dos quais apoiam crianças na primeira infância (não foco explícito na primeira infância) 	0.04%
UNICEF	<ul style="list-style-type: none"> Grandes investimentos em cuidados de saúde, incluindo saúde materna e infantil, com apoio explícito a programas de DPI. Investimentos em WASH (água, saneamento e higiene) para prevenir doenças transmitidas pela água, que afectam particularmente as crianças mais jovens Investimentos em educação na primeira infância, incluindo apoio a projectos-piloto do governo em termos de aptidão escolar 	40.4%
Reino unido	<ul style="list-style-type: none"> Grandes investimentos em saúde materna e neonatal Investimentos em nutrição direccionada para a saúde materna e neonatal com ligações à higiene 	14.4%
USAID	<ul style="list-style-type: none"> Grandes investimentos em cuidados de saúde, alguns em saúde materna e infantil 	13.2%
Banco Mundial	<ul style="list-style-type: none"> Grandes investimentos em saúde, relacionados com nutrição e saúde infantil Grandes investimentos em intervenções nutricionais para apoio a serviços de DPI Investimentos em apoio a cuidados e educação na primeira infância 	2.5%*

* O Banco Mundial é um doador do DPI relativamente grande em termos quantitativos, mas a sua quota da ADU total é bastante reduzida O DPI constitui uma pequena parte do respectivo financiamento para Moçambique

Referências

- Lu C, Black MM, Richter LM. Risk of poor development in young children in low-income and middle-income countries: an estimation and analysis at the global, regional, and country level. *The Lancet Global Health*. 2016; 4(12):e916-e922.
- Nurturing-care.org. Perfil de Moçambique. 2018.
- Denboba AD, Sayre RK, Wodon QT, Elder LK, Rawlings LB, Lombardi J. *Stepping up early childhood development: investing in young children for high returns*. 2014.
- Governo de Moçambique. Plano de Acção Multisectorial para a Redução da Desnutrição Crónica em Moçambique 2011-2014 (2020)*. Maputo: República de Moçambique; 2010.
- Martinez S, Naudeau S, Pereira V. The promise of preschool in Africa: A randomized impact evaluation of early childhood development in rural Mozambique. 2012.
- Black MM, Walker SP, Fernald LC, et al. Advancing Early Childhood Development: From Science to Scale 1: Early childhood development coming of age: Science through the life course. *Lancet* (Londres, Inglaterra). 2017; 389(10064):77.
- Banco Mundial. Grupo de Trabalho do G20 sobre Desenvolvimento: Investir no desenvolvimento na primeira infância*. Grupo Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e UNICEF; 2018.
- Organização Mundial da Saúde; Fundo das Nações Unidas para a Infância; Grupo Banco Mundial. *Nurturing care for early childhood development: a framework for helping children survive and thrive to transform health and human potential*. Geneva: Geneva: Organização Mundial da Saúde; 2018.
- Ministério Da Educação. *Estratégia do Desenvolvimento Integrado da Criança em Idade Pré-Escolar (DICIPE)*. República da Moçambique, Ministério da Educação; 2012.
- Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ). *Impact and Scaling-Up Potential of Nhapupwe's Approach to Early Childhood Education in Mozambique*. Bona, Alemanha: Ministério Federal Alemão para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (BMZ); 2014.
- UNICEF. Inquérito MICS em Moçambique 2008. <https://mics.unicef.org/surveys>. Publicação 2008. Acesso Outubro de 2019.
- Härmä J. *Study of non-state provision of education in Maputo*. Departamento para o Desenvolvimento Internacional, Moçambique; 2016.
- Banco Mundial. *Documento de Avaliação de Projectos referente ao Projecto de Apoio ao Sector da Educação de Moçambique*. 2011.
- AID. Resultados de Moçambique. Associação Internacional de Desenvolvimento. <https://ida.worldbank.org/results/mozambique>. Publicação 2019. Acesso Outubro de 2019.
- IGrupo Independente de Avaliação. *Apoio do Banco Mundial ao Desenvolvimento na Primeira Infância: Uma Avaliação Independente*. Washington, DC: Banco Mundial; 2015.
- Mozambique in debt crisis. <https://eurodad.org/Mozambican-debt-crisis>. Publicação 2019. Acesso Outubro de 2019
- Jubilee Debt Campaign. Our interactive view of debt across the planet. <https://jubileedebt.org.uk/countries>. Published 2019. Accessed October 2019.
- UNICEF. *Programa para Moçambique 2017-2020*. Escritório Regional da UNICEF em Moçambique; 2016.
- UNICEF. *Resumo de Políticas: Kit de Desenvolvimento na Primeira Infância da UNICEF para Emergências*. 2019.

SOBRE OS ESTUDOS DO PAÍS DESTINATÁRIO

A **Light for the World** e respectivos parceiros levaram a cabo uma análise detalhada das actividades de ajuda de nove doadores^Q em quatro países da África subsariana como parte do seu estudo «Nenhuma criança deixada para trás». Estes países destinatários são Burquina Fasso, Moçambique, Zâmbia e Zimbabué^P O objectivo destes relatórios é retirar lições do que funciona e não funciona, com base em dois conjuntos de perguntas: em primeiro lugar, o que estão os doadores a fazer para apoiar o DPI inclusivo nos respectivos países destinatários e, em segundo lugar, de que forma podem fazer mais para aumentarem as intervenções existentes?

Para responder à primeira pergunta, é crucial a noção de que apoiar o DPI inclusivo, incluindo cuidados adequados para todas as crianças, requer uma abordagem multisectorial. Tal é especialmente necessário quando lidamos com crianças marginalizadas e em risco elevado de atrasos no desenvolvimento, como as crianças com deficiência. Assim, este relatório está focado em todos os subsectores do DPI, concentrando-se ligeiramente mais na educação na primeira infância. Este é, afinal de contas, o principal foco da Light for the World.

^Q. Bélgica, Canadá, França, Alemanha, Reino Unido e EUA são os seis doadores bilaterais analisados neste relatório, juntamente com quatro doadores multilaterais, nomeadamente a União Europeia, o Banco Mundial, a UNICEF e a Parceria Global para a Educação.

A segunda pergunta baseia-se na convicção de que os doadores devem apoiar os esforços governamentais, o que significa que a sua ajuda deve impulsionar maiores recursos domésticos para reforçar programas de DPI inclusivos e justos a nível nacional.

Esta pesquisa com base em documentos considera gastos em ajuda mencionados na base de dados do Sistema de Notificação de Países Credores da OCDE-CAD e identifica que doadores estão activos no espaço do DPI do país destinatário, quanto estão a investir e em quê. Foi então realizada uma análise mais detalhada para doadores identificados como activos num ou mais domínios do DPI através de uma combinação de entrevistas semiestruturadas a intervenientes, no país e com base em documentos.

Os autores gostariam de agradecer ao Banco Mundial, ao governo do Canadá, UNICEF, PATH, Organização Save the Children, Fundação Aga Khan, ADPP e aos Ministérios do Género, Acção Social e Educação de Moçambique pelos seus contributos. Um agradecimento especial a Tcheizi Mutemba, da ADPP, pela organização dos encontros necessários, bem como da agenda do nosso pesquisador fora do país, e a Delfina Hari da Light for the World: obrigado pelo apoio a esta pesquisa.

^R. Os países destinatários foram escolhidos, em primeiro lugar, como países com alguns dos maiores desafios em termos de desenvolvimento infantil a nível mundial e, em segundo lugar, como países que dependem fortemente da ajuda de doadores para financiamento dos respectivos objectivos e programas de desenvolvimento. Por outras palavras, os países com maior necessidade, em termos de apoio externo e soluções para o desenvolvimento nos primeiros anos.

As conclusões e as recomendações apresentadas neste documento proporcionam uma panorâmica resumida das conclusões de um estudo efectuado pela **Light for the World** juntamente com os seus parceiros, com o apoio do Programa de Intervenção Precoce na Infância da Open Society Foundations.

Image copyright: Light for the World

Os autores deste relatório de país destinatário são [Jo Walker](#) e [Nafisa Baboo](#).

COMPÊNDIO DE FERRAMENTAS DE PROMOÇÃO

Este perfil de país destinatário é um de quatro para promoção nacional. Existem também 10 perfis de doadores para promoção de ADU, bem como um Relatório Global. Bélgica, Canadá, França, Alemanha, Reino Unido e EUA são os seis doadores bilaterais analisados no relatório e perfis de doadores, juntamente com quatro doadores multilaterais, nomeadamente a União Europeia, o Banco Mundial, a UNICEF e a Parceria Global para a Educação. Além disso, foi criada uma lista de verificação simples para apoiar a concepção de programas de DPI inclusivos que procuram apoiar as crianças mais marginalizadas.

Uma nota metodológica com mais informações sobre o processo de análise, juntamente com todas as ferramentas, pode ser consultada em www.light-for-the-world.org/inclusive-ecd-investment

